




# III CONGRESSO FLUMINENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

## *Certificado*

Certificamos que Aurelio Antônio Mendes Nogueira  
participou do III Congresso Fluminense de História e Geografia,  
como Comunicador, realizado pelo Instituto  
Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, nos dias  
7, 8 e 9 de novembro de 2007.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 2007

  
Neusa Fernandes  
Neusa Fernandes  
Presidente  
Comissão Organizadora

Cybelle Moreira de Ipanema  
Cybelle Moreira de Ipanema  
Presidente  
Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro

Realização





ORGANIZADORES

NEUSA FERNANDES

OLINIO GOMES P. COELHO

A Distinta, miúda amiga  
juiz de e Coordenadora de Graduação,  
reflexo o presente foi considerado que  
seu' de muito mais significância a  
você. Muito, muito

# HISTÓRIA E GEOGRAFIA FLUMINENSE

As Páginas dos Sonhos,  
com muito cuidado  
e afeto,  
Olinio

Rio de Janeiro  
2008

Ru, 19.11.08

## HISTÓRIA E GEOGRAFIA FLUMINENSE

### ORGANIZAÇÃO

Neusa Fernandes e Olívio Gomes P. Coelho

### ILUSTRAÇÃO DE CAPA

Mapa "The Bay and Environs of Rio de Janeiro", de 1908 (Stanford)

### DIAGRAMAÇÃO

Paula Barreira

### REVISÃO

Celeste Varela e Sérgio Oliveira

### INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

Presidente: Cybelle Moreira de Ipanema

Vice-Presidente: Neusa Fernandes

1ª Secretária: Rogéria Moreira de Ipanema

2ª Secretária: Lígia Fernandes da Cunha

1º Tesoureiro: Roberto Schmidt

2º Tesoureiro: Miridan Brito Falci

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ

Presidente: Reynaldo Barros

### COMISSÃO EXECUTIVA DO II CONGRESSO FLUMINENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

Neusa Fernandes, Coordenadora

Alex Nicolaeff

Olívio Gomes P. Coelho

Paulo Krauss

H673

História e geografia fluminense. / Neusa Fernandes e Olívio Gomes P. Coelho, organizadores. - Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro; Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro, 2008. 464 p. : il., 23 cm.

Artigos apresentados no 3º Congresso Fluminense de História e Geografia, realizado no Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, de 7 a 9 de novembro de 2007.

ISBN: 978-85-62120-05-5

I. Rio de Janeiro - História. 2. Geografia - Rio de Janeiro. I. Fernandes, Neusa. E. Coelho, Olívio Gomes P. II. Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. IV. Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro - CREA/RJ.

CCD 991.53

Os artigos publicados não refletem necessariamente a opinião ou a concordância dos organizadores, sendo a conteúdo e a veracidade dos mesmos de inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores, inclusive quanto aos direitos autorais de terceiros sobre textos e imagens.

## Sumário

<b>Abertura do Congresso</b> .....	7
Cybelle de Moreira de Ipanema Presidente do IHGRJ	
<b>Pensando o futuro, sem esquecer o passado</b> .....	11
Reynaldo Barros Presidente do Crea-RJ	
<b>Apresentação</b> .....	13
Os Organizadores	
<b>PARTE I - Conferências</b> .....	15
<b>Conferência Inaugural</b> .....	17
O Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e a construção da identidade regional .....	19
Ano Wehling	
<b>Conferência de Abertura</b> .....	31
Antes do paralelo, o expurgo: a Hospedaria Central da Ilha das Flores .....	33
Beatriz Kustner	
<b>PARTE II - Capítulos</b> .....	47
<b>Capítulo 1 - Resgate Histórico da Cidade do Rio de Janeiro</b> .....	49
Sobre a formação do Rio de Janeiro .....	51
Alex Nicolaeff	
Os Jardins do Rio de Janeiro .....	59
Carlos Gonçalves Terra	
A Cidade-Jardim e o subúrbio carioca .....	67
Marcelo da Rocha Silveira	

Territórios e etnias no Rio de Janeiro dos anos 1870 Lúcia Silva	79
Passeio virtual pelo Campo de Sant'Anna - RJ Aurelio Antonio Mendes Nogueira Cristina Grafanassi Tranjen Isolina Severo Sanchotene Mônica Couto de Paiva	93
Os cristãos-novos nos engenhos cariocas Neusa Fernandes	107
<b>Capítulo 2 - Geografia do Rio de Janeiro</b>	<b>117</b>
Cartografia dos fortes brasileiros na Baía da Guanabara - RJ arco de defesa portuguesa no Brasil colonial Elana Alves da Silva	119
Urbanização e meio ambiente Tatiana Ribeiro Hulsico Vivian Requejo da Costa	127
Geografia da Arquitetura Antonio José Teixeira Guerra Raphael David dos Santos Filho	133
Regionalização do Estado do Rio de Janeiro; das regiões dos anos 40 aos arranjos produtivos locais do início do século XXI Roberto Schmidt de Almeida	139
Barra da Tijuca e a geografia da dúvida: ser Copacabana ou Ipanema? Marta Clara Amado Martins	145
<b>Capítulo 3 - Patrimônio Cultural Fluminense</b>	<b>153</b>
Políticas de preservação do patrimônio cultural fluminense Olinio Gomes P. Coelho	155
Acervo de imagens das fachadas preservadas e tombadas no centro do Rio de Janeiro Luiz Neves	163
Aloisio Magalhães, o homem público Isis Fernandes Braga	169
Macaé: usos do passado e sentidos da história local Paulo Krauss	181
Senado do Império: uma arquitetura neoclássica Jerônimo de Paula da Silva	193

<b>Capítulo 4 - A imprensa no Rio de Janeiro</b>	<b>199</b>
Jornal do Commercio, decano da imprensa carioca Cybelle de Ipanema	201
O Correio da Manhã, a verdade como missão Iran Rubem	207
Correio do Povo - órgão republicano. Seis meses de mudança Marta Luza de Carvalho Mesquita	219
O Mensageiro da Paz: 1930-1990 - uma história do pentecostalismo clássico Arto Inocêncio Alves de Araújo	229
<b>Capítulo 5 - A Política no Rio de Janeiro Monárquica e Republicana</b>	<b>237</b>
Política e humor na Corte do Rio de Janeiro do Império do Brasil Regina Moreira de Ipanema	239
O Império festeja a República: as comemorações do 14 de julho no Rio de Janeiro (1881 - 1889) Cláudio Antonio Santos Monteiro	251
Política e cultura no Rio de Janeiro: a arte da política na Primeira República Surama Conde Sá Pinto	261
A construção do novo sob Getúlio Vargas: a modernidade artística no Rio de Janeiro Angela Ancora da Cruz	277
Relações de poder de um "negro" no Império brasileiro Carlos Alberto Dias Ferreira	283
<b>Capítulo 6 - O Rio de Janeiro cultural: arte e lazer</b>	<b>293</b>
A pintura histórica como escrita autobiográfica de um Brasil: da Academia Imperial ao Museu Nacional Fabíola de Valle Zorno	295
Do palco para a cama: as ligações perigosas no teatro popular do Rio de Janeiro no final do século 19/início do século 20 Marco Santos	309
O negro no teatro de Alencar - século XIX Celeste Varela	329
Parlem et circense - a catarse do futebol nos estádios cariocas William Seba Mallmann Bitar	335



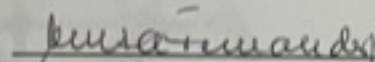



# III CONGRESSO FLUMINENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

## Certificado

Certificamos que Aurelio Antônio Mendes Nogueira participou do III Congresso Fluminense de História e Geografia, como Comunicador, realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, nos dias 7, 8 e 9 de novembro de 2007.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 2007

  
Neusa Fernandes  
Presidente  
Comissão Organizadora

  
Cybelle Moreira de Ipanema  
Presidente  
Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro

Realização



## **PASSEIO VIRTUAL PELO CAMPO DE SANT'ANNA - RJ.**

### **Aurélio Antonio Mendes Nogueira**

Arquiteto e Urbanista. Doutor / Coppe / UFRJ.  
Professor Adjunto / Escola de Belas Artes / UFRJ.

### **Cristina Grafanassi Tranjan**

Arquiteta e Urbanista. Mestre / IPPUR / UFRJ. Doutoranda / Coppe / UFRJ.  
Professora Assistente / Escola de Belas Artes/ UFRJ.

### **Isolina Severo Sanchotene**

Arquiteta e Urbanista. Mestre / Coppe / UFRJ.  
Professora Substituta / Escola de Belas Artes/UFRJ.

### **Mônica Souto de Paiva**

Engenheira Civil. Mestre / PROARQ / FAU / UFRJ. Doutoranda / Coppe / UFRJ.

## **Introdução**

O Brasil está correndo o risco de transformar-se em uma nação historicamente desmemoriada e sem o seu grandioso Patrimônio Histórico e Artístico em todo seu território. Constata-se tal fato através das constantes denúncias de historiadores, arquitetos e da mídia em geral em nossas cidades históricas como Ouro Preto (MG), Sabará (MG) e Parati (RJ), entre outras.

Nossa nação tem em sua formação uma genética variada de raças (branca, parda, negra, índia e outros), propiciando uma nação espontânea e criativa que gerou e vem gerando uma riqueza incalculável de obras artísticas (arquitetura, música, pintura e escultura etc.) e históricas. Porém, no momento, as instituições culturais nacionais destinadas a preservar o Patrimônio Histórico e Artístico, a guardar a presença viva de toda a realização dos brasileiros, começam a apresentar vestígios de um processo de desintegração. Pretendemos descrever a situação atual do Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro, mostrando alguns exemplos mais contundentes, visto que, face a extensão territorial do nosso país, não teríamos espaço para abordar o universo total. Claro fica que, posteriormente, descreveremos os mecanismos legais vigentes destinados a resolver - ou, pelo menos, tentar resolver - os inúmeros problemas.

Neste contexto, procura-se relatar a seguir parte de nossa pesquisa dividida entre a degradação do Patrimônio Histórico e Artístico no Brasil, uma breve noção das políticas de

preservação do Patrimônio em experiências externas, as técnicas aplicadas à preservação e à conservação do Patrimônio Artístico e Histórico Brasileiro, Virtual Heritage (VH), o Campo de Sant'Anna e Técnicas aplicadas no Passeio virtual com Panorâmicas.

### **1. A degradação do Patrimônio Histórico e Artístico no Brasil**

As cidades consideradas Patrimônio Histórico no Brasil, via de regra, têm sofrido descaracterização, por motivos diversos, como falta de uma política forte de proteção do Patrimônio e falta de investimentos, por exemplo.

Começamos, pois, pelas cidades históricas de Minas Gerais que, indiscutivelmente, possuem o maior e mais valioso acervo da Arte Barroca brasileira. Dessas várias cidades mineiras, Ouro Preto e Mariana destacam-se pela riqueza e apuro do estilo, levando-nos a qualificá-las, salvaguardado o entusiasmo, como a Roma do Barroco Mineiro.

Das inúmeras igrejas de Ouro Preto, a cidade brasileira considerada “Patrimônio Cultural da Humanidade” desde 1981, pelo menos oito delas no momento apresentam graves problemas de infiltrações, rachaduras e goteiras. Somente agora, começou a haver uma preocupação maior em preservar tais patrimônios, a partir de sérias reprimendas e ameaças da UNESCO. Algumas já estão em processo de restauração e outras continuam interditas, aguardando as providências técnico-financeiras necessárias.

Vamos encontrar inúmeros monumentos civis e religiosos em Ouro Preto, cuja deterioração é flagrante, como é o caso da Capela de São José, que foi uma Capela Imperial. Entretanto, alguns vêm sofrendo uma intervenção restauradora que, infelizmente, alimentam os reflexos de obras mal realizadas ou inacabadas. É o caso da Igreja do Carmo, próxima ao Museu da Inconfidência. Projetada em 1776 por Manuel Francisco Lisboa e concluída já em meados do século XIX, com a presença de Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, na feitura dos altares e retábulos e de Manuel da Costa Ataíde nas belíssimas pinturas (parte delas), a Igreja há alguns anos atrás teve iniciada a reforma do telhado através de um convênio assinado entre a Paróquia local, a Universidade Federal de Ouro Preto e o SPHAN. Também foram restaurados os altares e as paredes. Entretanto, este último serviço viu-se ameaçado pelos serviços mal executados no telhado, onde a economia criminosa resultou no aparecimento de goteiras. A fim de evitar que toda a restauração

interna fosse danificada, os altares laterais foram cobertos com plástico (um cenário deprimente) até que os reparos fossem feitos.

Se nos deslocarmos para Mariana, outra cidade de importância histórica, a aproximadamente onze quilômetros de Ouro Preto, o panorama desolador é semelhante. Um exemplo bastante claro é o da Igreja de São Francisco de Assis. Nela, os painéis de madeira que retratam cenas da vida do Santo, de autoria de Manuel da Costa Ataíde, e recobrem o teto da Sacristia, encontraram-se, durante muitos anos, ameaçados de desaparecimento. Graças ao abandono criminoso, uma enxurrada de pombos aninhou-se no telhado, então deteriorado, trazendo sementes de plantas parasitas. O resultado foi que tais plantas desenvolveram-se em tufos entre as telhas podres e conseguiram se enraizar acabando por perfurar um dos mais originais trabalhos do célebre pintor barroco. Com a ação do tempo e das chuvas, a série “Agonia e Morte de São Francisco” que retrata o Santo em tons sombrios, atormentado e dividido entre anjos e crânios humanos, ficou literalmente ameaçada de agonizar pelo desabamento.

## **2. Breve noção das políticas de preservação do Patrimônio em experiências externas**

Neste tópico poderemos ter uma breve noção do que acontece mundo afora no que tange às políticas de preservação do Patrimônio em experiências externas, tais como um estudo dos pioneiros da conservação, tais como o arquiteto francês Eugène Emmanuel Viollet – Lê – Duc (1814 – 1879), o arquiteto inglês George Gilbert Scott (1811 – 1878) e, da Escola Moderna de Conservação, os arquitetos italianos Camillo Boito (1836 – 1914) e Gustavo Giovannoni (1873 – 1947), o historiador de arte austríaco Alois Riegl (1857 – 1905), o advogado italiano Cesare Brandi (1906 – 1988); as experiências da Inglaterra com o historiador John Ruskin (1819 – 1900) e com o *designer* William Morris (1834 – 1896) (que foram, decididamente, os precursores teóricos do movimento protecionista inglês), além da Política do Patrimônio, desenvolvida no governo de François Mitterrand, que amplia o conceito de Patrimônio Histórico. Acrescidos dos monumentos arquitetônicos tradicionalmente considerados como tal, ela estende o conceito a sítios arqueológicos, objetos de arte, documentos, livros, filmes, discos, fotos, etc., assim como aos produtos não materiais da cultura francesa. Por fim, lembramos as experiências dos Estados Unidos com



o movimento preservacionista americano que surge no século XIX a partir de associações privadas.

### **3. As técnicas aplicadas à preservação e à conservação do Patrimônio Artístico e Histórico no Brasil**

Atualmente, as técnicas aplicadas à preservação e conservação do Patrimônio Artístico e Histórico no Brasil são desenvolvidas com métodos tradicionais como fotos, mapeamentos (aerofotogramétricos) e plantas 2D (nanquim, lápis e CAD), croquis e perspectivas tridimensionais em escala ou em proporção.

Geralmente, os trabalhos de pesquisas, levantamentos bibliográficos, iconográficos e de campo, técnicas, laudos, fiscalização, projetos arquitetônicos e detalhamentos de restauração e execução voltados para a preservação e conservação do Patrimônio são realizados por instituições públicas (IPHAN, Secretarias Estaduais ou Municipais voltadas para Patrimônio, Universidades, por exemplo) e, por vezes, são realizados alguns trabalhos por instituições particulares com restrito interesse comercial. Tais trabalhos são desenvolvidos e realizados em minoria pelo poder público (políticos) que não dá a importância devida à preservação e conservação do patrimônio existente em certas jurisdições, não existindo a preocupação de prever orçamentos em planilhas de custos para uso imediato ou futuro.

No exterior, a restauração e conservação física dos monumentos são uma constante, por iniciativa do poder público, que vê este tipo de realização como investimento (turismo) e como preservação de sua história e reconhecimento de outros povos como nação, além de contar com a relevante contribuição da iniciativa privada. Acresce-se aqui o investimento das empresas no desenvolvimento de reconstituições digitais, baseando-se em conceitos de Virtual Heritage (VH) de monumentos destruídos ou quase irreconhecíveis pela sua deterioração, seja pela ação do tempo ou intempéries seja pelas ações de vândalos ou guerras. Pode-se citar empresas do porte da Intel (USA), que promoveu a reconstituição do Coliseu romano ou da IBM, que incentiva e vem proporcionando reconstituição de vários outros monumentos.

Desta forma, se torna relevante e justificável o estudo em questão que proporcionará uma contribuição ao patrimônio cultural e servirá de ferramenta a vários profissionais desta

área, que poderão no futuro incentivar o uso da tecnologia de Realidade Virtual (RV) para a aplicação em ambientes sintéticos através de Virtual Heritage (VH).

#### **4. O Campo de Sant'Anna**

O estudo apresentado está baseado em pesquisa bibliográfica, iconográfica, plantas e entrevistas voltados para o Campo de Sant'Anna e seu entorno, desde as primeiras construções até hoje, considerando inclusive as que foram demolidas por falta de conservação ou para dar lugar a outros espaços. Localizando-as e descrevendo-as, pretendemos ressaltar o seu valioso Patrimônio Cultural, de forma a servir de base, em um primeiro momento, para se desenvolverem protótipos de um passeio virtual em panorâmica de 360°; modelos tridimensionais 3D, em extensão *shockwave* e VRML a partir de plantas em CAD 2D, baseados em plantas obtidas junto à fundação CIDI; panorâmicas de 360° de imagens de satélite, modelos em VRML, baseados no programa Canoma;

Estes modelos apresentam o estado físico atual do Campo de Sant'Anna. Posteriormente, serão desenvolvidos ambientes sintéticos nos seus vários períodos de ocupação, baseados neste estudo, acrescidos de um inventário arquitetônico de cada edificação, levantamentos, iconografias e plantas arquitetônicas.

##### **4.1 Resumo histórico**

A fundação da Cidade do Rio de Janeiro decorreu da iniciativa de impedir a ocupação francesa, portanto, ela foi implantada inicialmente em lugar estratégico na entrada da Baía de Guanabara prevendo os futuros combates. Após a expulsão dos invasores, transferiu-se para um sítio onde a defesa era prioridade máxima (VERÍSSIMO, 2001). A partir deste período históricos, a ocupação do Rio de Janeiro se concretizou, passando por invasões, exploração das mais diversas formas, que, aqui, não serão tratados, pois pretendemos abordar o primeiro núcleo urbano do Rio de Janeiro no Morro do Castelo. A cidade assume paulatinamente novos hábitos, novos usos e nova visualização. Ao chegarmos ao século XVIII, o Brasil se deparava com dois séculos de colonização portuguesa e o Rio de Janeiro já se preparava para estreitar suas ligações com a Metrópole.

A cidade, beneficiada pela sua situação geográfica (CONDURU, 1989), se configura, desde a fundação, por um destino mercantilista, além de concentrar o poder político, a partir de 1763, ao se tornar sede do vice-reinado. Nesta organização da vida colonial, sofrerá a imposição dos padrões estéticos de Portugal (BAEZ,1989). A ocupação do Rio de Janeiro ocorreu pela aquisição de benfeitorias, e pela expansão de seu núcleo urbano para diversas áreas, atingindo um grande momento da Arquitetura Militar, Religiosa e Civil.

A partir desta introdução, precisaremos retornar por volta da metade do século XVIII, para entendermos o que ocorreu no nosso objeto de estudo que é o Campo de Sant'Anna.

Nos primeiros períodos da implantação da Cidade no Morro do Castelo, o Campo de Sant'Anna, por ser afastado do centro da cidade e desabitado, um vasto areal coberto de erva rasteira e, em alguns locais, pântanos com os arbustos característicos dos mangues, constituía-se como o local de despejo de detritos e esgoto sanitário, onde os tigres (serviçais ou escravos), despejavam os barris com conteúdo de matéria fecal, conhecido como o Campo da Cidade.

Em realidade o Campo da Cidade nada mais era que um pantanal. Somente uma estreita vereda, em terreno mais seco, conhecida pelo nome de “Caminho de Capueiruçu”, cortava-o de viés, unindo as ruas que, posteriormente, viriam a se chamar Alfândega e do Areal. Tal caminho era usado por aqueles que se dirigiam à Fazenda dos Jesuítas. O Conde de Resende, então Vice-Rei, ordenou o aterro do Campo, terminando com o aspecto de charneca infecta do local, e estabelecendo seu primeiro alinhamento.

O espaço começa a se urbanizar, e surgiria, mais tarde, um elemento essencial que é uma praça, onde seus habitantes se reúnem para realização de todo ato comum: “eram o centro de reunião da vida urbana, em que se realizavam as cerimônias cívicas e toda sorte de festividades: religiosas e recreativas; e serviam ainda aos mercados e feiras”. (SANTOS, 1968)

A cidade, então, tinha seus limites demarcados pela vala que veio, no futuro, determinar o traçado da atual Rua Uruguaiana, via natural de escoamento da “Lagoa de Santo Antônio”, atual Largo da Carioca, que desaguava na “Prainha”, atual Praça Mauá. Com a decisão do Conde de Resende, o “Campo da Cidade” começou a tomar a feição de uma área definida na qual começaram a surgir, à sua volta, numerosas edificações e as primeiras ruas em substituição aos caminhos que para ali convergiam. A Irmandade de São Domingos



resolveu, então, construir, neste local amplo, um templo edificado a seu padroeiro, passando esta área a ser conhecida como o Campo de São Domingos, que perdurou cerca de cem anos.

Outra Irmandade, também constituída de negros, como a de São Domingos, que tinha como padroeira Sant'Anna e cuja imagem ocupava um dos altares da Capela de São Domingos, por desentendimentos mútuos, resolveu construir uma igreja própria, em área doada pelo cônego Pereira da Cunha, no local onde hoje se encontra a Estação Ferroviária D. Pedro II. A partir daí, toda a área ficou conhecida como Campo de Sant'Anna, até mesmo pelo desaparecimento da Capela de São Domingos.

Um grupo oriundo dessa irmandade funda mais tarde em sua imediações a Capela de Sant'Anna (1735), cuja cercania recebe o conhecido nome de Campo de Sant'Anna. Ainda no vasto campo, em terras doadas às irmandades negras, inaugura-se, em 1748, a Capela da Lampadosa, na qual se celebram os festejos em louvor ao Rei Baltazar.

Mas não são apenas os negros os responsáveis pelo povoamento desse Rossil. Também os ciganos ou Calons, como se dizia, se estabelecem nas cercanias do Campo de Sant'Anna. Suas pequenas casas guarnecidas de esteiras ou rótulas de taquara franqueiam o dito campo, dando origem à chamada Rua dos Ciganos, atual Constituição. Ali se concentra grande contingente deste povo medianeiro de escravos, conhecido por seus perigosos vingadores. Apesar da diversidade dos costumes, os ciganos festejam Sant'Anna, a quem chamavam de Cigana velha.

Aos Calons juntam-se soldados desertores, escravos fugidos, evadidos da prisão, degredados, a gente banida de toda espécie, que procurava refugio na região mais pestilenta da cidade, além de ter os despejos noturnos do "tigre" (barris de esgoto) pelos escravos.

A presença de malfeitores aliam-se às ameaças das endemias provocadas pelos alagados pestilentos e das balas perdidas de tiro da barreira de Santo Antônio, fazendo que de lá se esquivassem o comércio e as famílias de bem. Permanece o Rossil como área de serventia pública, que abrange inúmeros campos apresentando um aspecto híbrido, meio rural, meio urbano. Os diversos largos que surgem além da vala apresentam o aspecto de um descampado, que mistura a paisagem rural à construção tímida do santo devoto. Aqui, a cidade comprimida no bairro da Misericórdia pode-se estender mais desafogada. Por serem

os terrenos menos cobiçados e mais desvalorizados, a cada tempo, forma-se um largo contíguo, que, ao fim do século, acaba sendo demarcado para ganhar foros de praça.

Nos setecentos, os Campos de São Domingos de Nossa Senhora da Lampadosa, do Capim ou da Forca, do Cigano e de Sant'Anna prestam-se especialmente às festividades populares, ao exercício da tropa de linha e aos sinistros espetáculos de enforcamento e castigo público. As execuções fazem partes da rotina da população, que acompanha atentamente a procissão da forca, até o enforcamento, que realiza-se na área do Rossil. O patíbulo ali está armado desde 1753, próximo ao antigo cemitério dos mulatos, de onde é transferido, em 1755, para as imediações do Campo de São Domingos, quando, então, a Rua de São Pedro torna-se conhecida como caminho que vai para a forca ou simplesmente Rua da Forca. Além do Patíbulo, lá também se apresenta o pelourinho, levado das imediações do Largo do Paço, possivelmente na década de 40.

Em 1790, iniciou-se um aterro daquela área. O terreno foi cercado, ganhou uma fonte e passou a ser chamado de Chafariz das Lavadeiras (demolido em 1873, parte dele encontra-se no Museu Histórico da Cidade). Em 24 de junho de 1818, D. João foi aclamado Rei de Portugal naquele parque, com grandes comemorações. Em 12 de outubro de 1822, o nome foi trocado para Campo da Aclamação, após a aglomeração popular que aclamou D. Pedro I como o primeiro imperador do Brasil. Em abril de 1831, no mesmo local, povo e tropas manifestaram-se contra D. Pedro I, que abdicou. O lugar, então, passou a ser chamado de Campo da Honra, mas este nome não "pegou" e, para o povo, continuou como "da Aclamação". Em 07 de setembro de 1880, após uma ampla reforma executada pelo paisagista francês Glaziou, o parque foi reinaugurado e manteve o nome de Campo da Aclamação. Em 1880, foi inaugurado o Parque da Aclamação com a presença do Imperador D. Pedro II, ministros, políticos e da sociedade brasileira. Influenciado pelo Romantismo, Glaziou distribuiu mais de 60.000 plantas pelo parque, das quais muitas são, hoje, árvores de Augusto porte, além de obras de arte, cascatas e riachos, lagos e fontes, pedras formando grutas e pontilhões rústicos.

A configuração do Campo se apresentava, então, com casas separadas por muros, jardins e quintais nas três faces da área e, do lado setentrional, corria uma cerca de espinhos que terminava em frente à Capela de Sant'Anna. A área central do Campo era destinada a exercícios da tropa de linha e de milícias.

Em 1818, por ocasião da coroação de D. João VI, foram realizadas várias festividades, o que levou à construção de um palacete para a Família Real assistir confortavelmente os festejos. A 12 de outubro de 1822, o Príncipe D. Pedro ouviu o discurso patriótico do Presidente da Municipalidade que, em nome do povo, oferecia-lhe o título de “Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil”. A aclamação do povo e da tropa presentes imbuuiu-se de caráter emocionante. Por tal fato, o Campo de Sant’Anna mudou de nome, passando a ser chamado de Praça da Aclamação, por Portaria assinada em 12 de dezembro de 1822.

A abdicação do Imperador, com Decreto assinado a 07 de abril de 1831, em favor de seu filho D. Pedro II, fez com que, durante a Regência, o Campo passasse a ser conhecido como o Campo da Honra, que, entretanto, não foi de aceitação pública. Em 1840, por vontade do Imperador D. Pedro II, foi alterado seu nome, voltando a Campo da Aclamação. O nome de Campo da Aclamação perdurou até 1890, quando o Governo Provisório da República deu-lhe a denominação de hoje, Praça da República, ficando conhecido como Campo de Sant’Anna o parque público no interior da praça.

Em 1815, o Intendente Paulo Fernandes Viana mandou fazer um pequeno jardim, protegido por gradil de madeira preso a pilares de alvenaria, com plantação de diversas árvores, entre as quais, um número bastante grande de amoreiras. Com cem braços de extensão em cada lado, estendia-se o Campo, da “Rua Nova do Conde”, prolongamento da atual Visconde do Rio Branco, até à “Rua Alecrim”, atual Buenos Aires. O jardim foi destruído em 1821, por ordem de D. Pedro I, com o pretexto de facilitar as manobras militares que aconteciam no Campo.

É, também, de autoria de Paulo Fernandes Viana a instalação das primeiras bicas na área. Inicialmente foram dez bicas com água proveniente do Rio Comprido e, posteriormente, mais doze, com água trazida do Rio Maracanã. Com tal melhoramento, o Campo passou a atrair grande número de lavadeiras, tornando-se conhecido como Campo das Lavadeiras.

Embora fosse uma área, a esta época, erma e um pouco abandonada, encontravam-se em volta da Praça, conforme anteriormente citamos, diversas casas e, algumas, até, de gente importante, como a do Intendente Paulo Fernandes Viana, na esquina da atual Rua Frei Caneca, as chácaras de Casado Viana e de Felisberto Caldeira Brant Pontes (Marquês de



Barbacena), e o sobrado do comerciante Anacleto Elias da Fonseca, posteriormente transformado no Solar do Conde dos Arcos, na Rua do Areal.

Em 1873, por iniciativa do então Ministro do Império João Alfredo Correia de Oliveira, foi encomendado ao engenheiro botânico Auguste François Marie Glaziou, o projeto de transformação de quase todo o Campo em uma grande praça ajardinada.

Em 1890, poucos meses após o Marechal Deodoro da Fonseca ter comandado, naquele local, o golpe militar que derrubou a Monarquia, o campo foi oficialmente designado como Praça da República, nome que persiste oficialmente, embora o povo tenha voltado a chamá-lo de Campo de Sant'Anna, como no século XVIII. Além do nome peculiar de algumas ruas (da Princesa, do Príncipe, da Imperatriz, do Sabão, Larga de São Joaquim, etc), havia também a estrada de ferro atravessando o campo e, posteriormente, a Av. Pres. Vargas que, ao ser construída, reduziu drasticamente o tamanho do parque.

O Campo apresentava uma área de 142.421,00 m<sup>2</sup>, com um perímetro de 1.545,25 m. e, quando deu passagem à abertura da Avenida Presidente Vargas, em 1944, a Praça foi diminuída em 1.782,00 m<sup>2</sup>, desaparecendo, então, as Igrejas de São Pedro, de São Domingos e do Senhor Bom Jesus do Calvário.

Apesar de tudo, o Campo de Sant'Anna se mantém até hoje como um testemunho importante da nossa História e, não fosse isso bastante, constituiu-se como uma das mais belas áreas de descontração do Rio de Janeiro, além do fato de ser um dos grandes pulmões verdes do centro da cidade.

#### **4.2 Concentração de marcos históricos no Campo de Sant'Anna**

O Campo de Sant'Anna apresenta uma concentração de edifícios representativos ao longo destes anos, desde as instâncias do Poder Imperial até a República, agrupados à sua volta e algumas vezes no seu próprio interior. Entre estes marcos históricos existentes até os nossos dias e dos consumidos por descuido dos governantes podemos destacar: Praça de Touros, Palacete da Praça da Aclamação, Senado da Câmara, O Senado Imperial, Museu Real, Quartel General, Teatro Lírico Fluminense, Quartel do Corpo de Bombeiros, Igreja de Sant'Anna, Estrada de Ferro, Igreja de São Jorge, Palácio Itamaraty, Antiga Casa da Moeda, Casa do Marechal Deodoro, Biblioteca Pública (Biblioteca Estadual Celso Kelly), Hospital Getúlio Vargas, Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

### **4.3 O Campo de Sant'Anna como pólo de convergência de circulação urbana**

O Campo de Sant'Anna configurou-se, no século XIX, como um pólo de convergência de circulação urbana na expansão da Cidade do Rio de Janeiro. O Largo do Paço, atual Praça XV, no final do século XVIII, apresentou papel semelhante na sedimentação da cidade que se implantava. Duas artérias principais se apresentaram como elementos configurativos da expansão urbana: a primeira, no eixo leste-oeste, importante, porém, não muito desenvolvida formalmente; a segunda, externa, de grande importância pela possibilidade de ligação que apresentava com outras áreas do interior da cidade, determinantes na expansão da mesma.

A artéria leste-oeste, constituída como um caminho local, nas suas origens apresentava a seguinte conformação: a oeste do Campo de Sant'Anna, através do Caminho do Aterrado, que se prolongava até à Ponte dos Marinheiros, pela Rua São Pedro da Cidade Nova, posteriormente denominada Rua Senador Eusébio, até a sua definitiva incorporação à Avenida Presidente Vargas, por ocasião da sua abertura. Este eixo, considerado como um caminho local, foi também conhecido como Rua das Lanternas, em função da iluminação noturna que lhe foi conferida a fim de permitir o trânsito das carruagens do Príncipe Regente e da Corte, em direção ao Paço de São Cristóvão. Esta moradia da Família Real consubstanciava-se como o pólo centralizador da vida política e social da Corte. Daí a importância deste caminho local se formalizar.

A implantação deste caminho local teve como pólos geradores dois marcos históricos significativos no período imperial: o Largo do Paço, a leste, e o Paço de São Cristóvão, a oeste. A meio caminho entre estes dois pólos, estava o Campo de Sant'Anna como elemento de convergência, em função da sua postura sócio-político-cultural.

A outra artéria importante na expansão urbana estabeleceu-se como o caminho externo, polarizado na Estrada de Ferro D. Pedro II, com a estação terminal situada no Campo de Sant'Anna. A Estrada de Ferro configurou-se como o elemento de ligação das áreas do interior, centros de cultura do café, com o Rio de Janeiro já estabelecido como importante centro de comércio e portuário, principal base da Economia Imperial. Este caminho externo sedimentou, portanto, a economia brasileira, a esta época, apoiada no sistema latifundiário e

na monocultura. Foi permitida, com isto, a ascensão de uma aristocracia rural que se destacou no cenário político e econômico do país.

O Campo de Sant'Anna serviu, pois, como articulação, como pólo de convergência de duas áreas de suprema importância para a concretização do Governo Imperial. Tal importância evidenciou-se no momento em que ali se concentraram sedes de órgãos governamentais de grande significação como o Senado do Império, o Senado da Câmara (Câmara de Vereadores), o Quartel General e tantos outros já descritos.

## **5. Técnicas aplicadas no Passeio virtual com Panorâmicas**

Na era digital, Rigg (2005) define um panorama como sendo uma imagem alongada que proporciona um campo de visão maior que se pode ver, apresentando a imagem atrás do observador.

Para se formar um panorama de 360° são geradas fotos tiradas em um único local, no qual a câmera é posicionada em ponto sobre um tripé e girada ao redor do próprio eixo.

## **6. Conclusão**

A tecnologia de Realidade Virtual (RV), através de panorâmicas de 360°, fornece uma interatividade com várias aplicações, conseguindo ter um grande potencial a ser explorado nas várias áreas da ciência. Dentro destas áreas permite uma exploração excepcional em Virtual Heritage (VH) podendo ser usado na exposição, na interpretação, registro e na preservação de locais do *heritage* no mundo.

Cria a oportunidade de fornecer muito mais dados a pesquisadores dos monumentos estudados, bem como na preservação e conservação dos patrimônios culturais pelo poder público ou privado, além de permitir a planejadores e legisladores criarem condições de zelar pelo patrimônio de um povo.

Permite o acesso ao público "virtual" aos locais do *heritage* que são postos em perigo em consequência da visitação pública excessiva ou para aquele visitante que tem a ânsia do saber e não dispõe de recursos financeiros para uma visita *in-loco*.

O patrimônio cultural está sempre na dependência das transformações que se processam na sociedade. Está profundamente relacionado com essas transformações e,



conseqüentemente, sua permanência no tempo e no espaço dependerá dos fenômenos que o condicionam, através de aspectos comportamentais e formais.

### **Agradecimentos**

Ao professor Jerônimo de Paula (DHT/FAU/UFRJ), pelas informações históricas prestadas sobre o Campo de Sant'Anna, sem as quais, seria impossível realizar este trabalho.